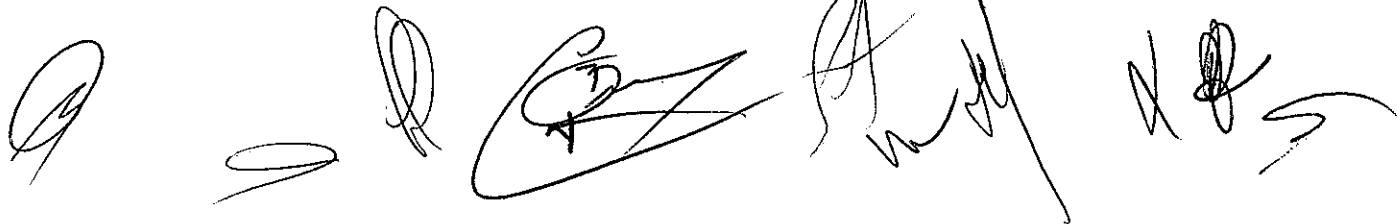


ATA DA 267ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2010/2012

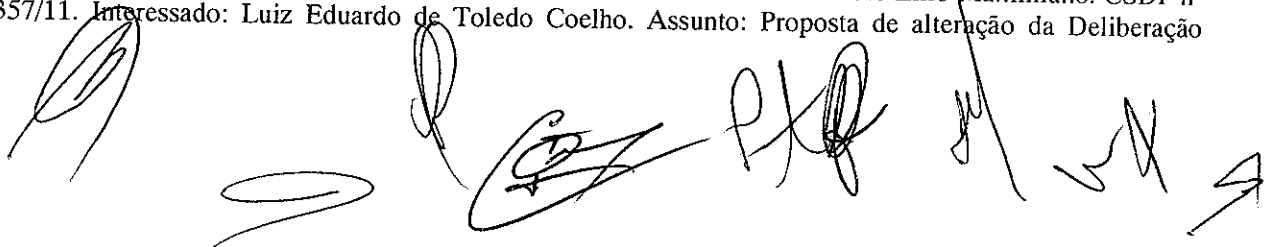
Aos vinte dias do mês de janeiro do ano dois mil e doze, na sala de reuniões do Edifício Sede, situado na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública-Geral do Estado, Daniela Sollberger Cembranelli. Presentes os (as) Conselheiros (as): Pedro Antônio de Avellar, Vitore André Zílio Maximiano, substituindo o Conselheiro Luis Cesar Rossi Francisco, Luciana Zaffalon Leme Cardoso, Octavio Ginez de Almeida Bueno, Bruno Diaz Napolitano, Márcia Regina Garutti, Denise Nakano Veronezi, José Moacyr Doretto Nascimento, Juliana Garcia Belloque e, representando a Apadep, Rafael Valle Vernaschi. Ausentes justificadamente as Conselheiras Luis Cesar Rossi Francisco, Antonio José Maffezoli Leite, Franciane de Fátima Marques e Fabiana Botelho Zapata. Deu-se início a sessão às 09h40mi. A Presidente comunicou que o Coordenador da CTI marcou reunião no TJ para tratar de uma reunião com a equipe técnica do TJ-SP para tratar do acesso digital pelos Defensores aos processos em trâmite naquele tribunal. Informou que os Desk Tops foram entregues nas Unidades e que a CTI está em tratativas com a Prodesp para fazer a instalação. Informou os Defensores Públicos terão acesso ao INFOSEG. Informou que esta semana foi feita uma reunião com o Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Álvaro Camilo, juntamente com os Defensores Públicos Carlos Weis e Daniela Skromov, para tratar da atuação da Defensoria Pública na Cracolândia, oportunidade em que puderam transmitir todas as preocupações da Instituição com relação à atuação da Polícia Militar. Informou que esteve na Secretaria de Segurança Pública com o Secretário Antonio Ferreira Pinto para externar as preocupações da Instituição e este se comprometeu a dar comando para que os abusos não mais ocorram. Informou que a Instituição continua atuando na Cracolândia, com os Defensores Públicos atendendo as denúncias de agressão e os Agentes do CAM na área psicossocial. Parabenizou os Defensores Públicos Carlos Weis e Daniela Skromov na atuação. Registrou a aprovação unânime das atas das 258ª, 259ª, 260ª, 261ª, 262ª, 263ª, 264ª, 265ª sessões ordinárias nas últimas sessões. Encaminhou a ata da 266ª sessão ordinária para aprovação. Aprovada por unanimidade. A Secretária justificou a ausência dos Conselheiros (as) Luis Cesar Rossi Francisco, Antonio José Maffezoli Leite, Franciane de Fátima Marques e Fabiana Botelho Zapata, que se encontram no período de férias. Não havendo mais comunicações, passou-se ao momento aberto. A Presidente abriu a palavra aos inscritos. O Defensor Público Fabiano Majorana parabenizou a iniciativa e atuação da Defensoria Pública na Cracolândia e discursou sobre a defesa aos Direitos Humanos. Informou que pretendia, como coordenador regional, encaminhar requerimentos de pagamento de gratificação pela execução de tarefas de plantão judiciário durante o período de recesso do Tribunal de Justiça, mas não o fez porque foi proibido e discursou sobre a falta de democracia na carreira. Informou que em uma segunda tentativa foi informado de que requerimentos individuais poderiam ser encaminhados, mas o Coordenador de Regional não deveria, por representar a Administração Superior, encaminhar uma fundamentação própria contrária a um Ato DPG. Pediu licença para externar o pedido dos colegas e questionou se como coordenador de regional deve observar o crivo da Administração Superior, ainda que contrários aos interesses dos colegas da regional, porque entende que é “advogado” dos Defensores. Informou que se este for o entendimento, não se sente apto a função de Coordenador. A Presidente informou que, enquanto candidata defendeu que, embora a função seja de confiança da Defensoria Geral, seria dada a oportunidade de os Defensores se organizarem e indicarem um nome para a Coordenação. Informou que não haveria uma decisão impositiva sobre quem seria o Coordenador, assim como também a Administração não seria obrigada a trabalhar com alguém que não possibilitasse o diálogo. Disse que o Coordenador não representa os colegas da regional como advogado e sim administrativamente, até porque os Defensores Públicos têm plena liberdade para apresentar suas posições e seus requerimentos, não precisando de representação. Informou que o diálogo está aberto e que os colegas podem protocolar o pedido individualmente, que este será recebido e indeferido, visto que a Defensoria Pública estava aberta ao público no período de recesso do Tribunal de Justiça, portanto não há que se falar em plantão ou serviço de especial dificuldade uma vez que o recesso é do judiciário e não da Defensoria. Sustentou a ausência do fato gerador da gratificação que é a atuação



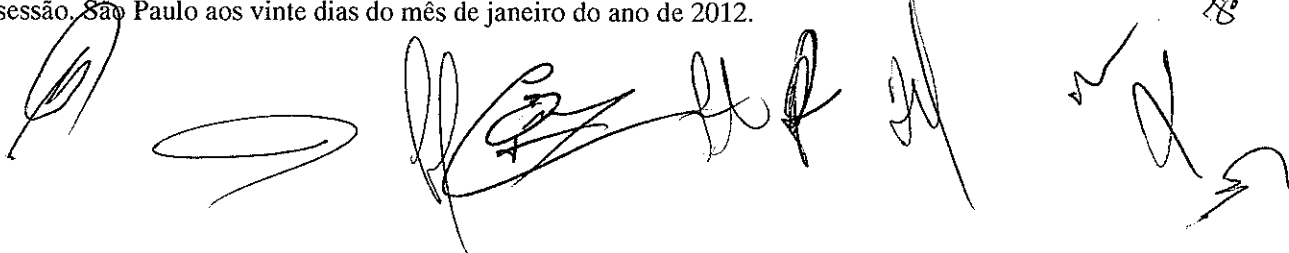
extraordinária. Enfatizou que a função do coordenador é administrativa, o que o colega vem fazendo com muito zelo e seriedade. A Presidente abriu a palavra aos conselheiros. O representante da Apadep, Rafael Vernaschi, considerou que não há óbice ao Coordenador da Regional trazer pleito e apresentar para a administração. A Conselheira Márcia Garutti parabenizou o Defensor Público Fabiano Majorana pela presença. Externou sua opinião de que considera que, a função de coordenador é de confiança da Administração Pública. O Conselheiro Pedro Avellar, considerou que não há nada de errado no Coordenador Regional pleitear em nome dos colegas da regional já que caberia ao Defensor Geral conhecer ou não o pedido. Declarou, sobre o mérito da questão, a decisão de indeferir o pedido de gratificação foi acertada. O Conselheiro Bruno agradeceu ao Defensor Público Fabiano por trazer a questão ao Conselho Superior e opinou que além do Coordenador Regional ter a tarefa de levar aos Defensores as normas administrativas da Administração, também auxilia a Defensoria Geral solucionando diversos problemas que demandam uma gestão eficiente. O Conselheiro Vitore informou que não houve plantão judiciário para a Defensoria Pública no período de recesso, o que não traria maiores questões para discussão. Quanto ao relato de falta de democracia na Instituição, defendeu que há abertura para debate em grupos de emails, no momento aberto e demais maneiras, o que caracteriza a existência de democracia. Discursou sobre a colocação de diferença entre Defensor Público e advogado, opinando que não há diferença entre ambos, cada um tem sua importância e cumpre com seu papel. Considerou que o Coordenador de Regional não é representante dos colegas da regional e tem a função de conduzir administrativamente sua Regional e considerou que a instituição deve se organizar para que os servidores cuidem de questões administrativas e ao coordenador a gestão do todo. A Conselheira Juliana avaliou que a situação seria mais produtiva se os Coordenadores fossem menos formalistas e optassem pela via do diálogo e da conversa. O Conselheiro José Moacyr considerou importante definir a função do Coordenador porque não tem como atender aos interesses de ambos. A Presidente franqueou a palavra ao colega Fabiano, disse que no mérito há outras interpretações possíveis e argumentos que não foram analisados, como se deve, antes de indeferir. Informou que como há proximidade do Coordenador com a Administração Superior, é natural que os colegas recorram a ele quando querem pleitear algo. A Presidente encerrou a discussão dizendo que não há nesta instituição proibição de encaminhar pedidos e que, ao que soube do Primeiro Subdefensor, que respondia pelo expediente da Defensoria Pública Geral, o que foi negado por ele foi a lavratura de certidão por parte do coordenador. A Presidente abriu a palavra ao Sr André Pires de Andrade Kehdi, Conselheiro da Ouvidoria, demonstrou a defasagem no atual critério de análise de hipossuficiência para denegação de atendimento e defendeu a aprovação da proposta apresentada para que o valor do bem imóvel seja majorado de 5 mil para 10 mil Ufesp's e, a partir de então, que seja atualizado anualmente com base na diferença dos dois índices apresentados. A Presidente agradeceu a participação e a colaboração da Ouvidoria Geral neste debate. A Conselheira Ouvidora registrou que eles tiveram mais facilidade em levantar os dados nos onde não há SIA do que onde há e solicitou incremento do sistema. O Conselheiro Vitore registrou seu agradecimento ao Dr. André pela matéria publicada em resposta o Deputado Campos Machado na questão do PL 65/11. O Sr. Luiz Kohara, do Conselho Ouvidoria, reforçou o trabalho do Dr. André e demonstrou que o sistema canalizado em valor de imóveis para definir hipossuficiência esta excluindo e não incluindo. Opinou que o termo Cracolândia deve ser descartado porque é uma forma de discriminação. O representante da Apadep, Rafael Vernaschi, disse que está de acordo com a atualização no valor dos imóveis, mas que discorda do aumento do critério geral de renda familiar de 3 para 5 salários mínimos. Segundo ele, isso criaria uma demanda impossível de ser absorvida pela Defensoria. Não havendo mais inscritos, passou-se a manifestação dos Conselheiros. A Conselheira Juliana falou sobre a necessidade de instituir visitas a pessoas presas, pois tem vivenciado na Regional Criminal da Capital problemas decorrentes de prisões que não comunicadas à Defensoria e narrou dois casos de injustiça que ocorreram esta semana. A Presidente informou que a Administração Superior vai apresentar uma proposta de projeto piloto e esta pensando em medidas paliativas. A Conselheira Luciana agradeceu a colaboração dos Conselheiros da Ouvidoria nesta e outras questões. O Conselheiro José Moacyr informou que protocolou hoje na Secretaria do Conselho Superior, proposta de instituição de regra para a indicação ao Cargo de Diretor da Edepe. A Presidente encaminhou proposta de publicação do Edital de abertura do Concurso de Promoção do nível IV para o nível V referente ao ano de




2011, "ad referendum" do Conselho Superior o que foi aprovado por unanimidade. Não havendo mais manifestações, passou-se a ordem do dia. CSDP nº 354/11. Interessados: Ouvidoria-Geral e Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 89/08 (que versa sobre os critérios de atendimento em vigor da Defensoria Pública). Relatora: Conselheira Márcia Regina Garutti. O Conselheiro Bruno proferiu a leitura do voto de abertura de consulta pública a carreira e consulta externa. O Conselheiro Vitore propôs que além de uma consulta pública, seja instituído um grupo para começar a estudar todas as questões que envolvem o tema e refletir quanto à conveniência ou não da mudança proposta. O Conselheiro Pedro concordou com o Vitore e expos sua opinião de não se fixar nenhum valor, deve-se o Defensor Público analisar caso a caso, mas tem consciência desta impossibilidade e, diante disso, votou com o Conselheiro Vitore pela formação de um grupo de estudo, na segunda questão. A Conselheira Luciana solicitou que o Conselho vote nas propostas, visto que abertura de consulta publica leva tempo. O Conselheiro Vitore solicitou prazo para analisar melhor as propostas e solicitou vista dos autos. A Conselheira Juliana concordou com a abertura de consulta publica. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto vista do Conselheiro Bruno Diaz Napolitano, no que tange ao processo CSDP nº 007/12 apensado nos autos do processo CSDP nº 354/11, abrir consulta publica à carreira e consulta externa. Deliberou, ainda, no que tange a proposta nos autos do processo CSDP nº 354/11, por maioria de votos, nos termos do voto vista do Conselheiro Bruno Diaz Napolitano, converter o julgamento do processo em diligência, vencidos os Conselheiros Pedro Antonio de Avellar e Juliana Garcia Belloque. CSDP nº 334/11. Interessado: Ouvidoria Geral da Defensoria Pública e Coordenador do Núcleo Especializado dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Assunto: Proposta de Deliberação para a regulamentação de atendimento diferenciado voltado a pessoas idosas, com deficiência e transtorno global de desenvolvimento nas unidades da Defensoria Pública. Relatora: Conselheira Márcia Regina Garutti. O Conselheiro Vitore proferiu a leitura do voto vista. Vista concedida a Conselheira Luciana Zaffalon Leme Cardoso por duas sessões ordinárias. CSDP nº 002/12 (Excetuado a pauta). Interessado: Coordenador Auxiliar do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. Assunto: Pedido de abertura de 01 vaga para integrar o Nucleo Especializado. Relatora: Conselheira Juliana Garcia Belloque. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar abertura de inscrição para abertura de 01 vaga para integrar o Nucleo Especializado de Situação Carcerária. CSDP nº 249/08. Interessado: Carlos Henrique Acirón Loureiro. Assunto: Reapresentação - requisição de certidões pelos órgãos da Defensoria Pública as serventias extrajudiciais com isenção de emolumentos. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, arquivar o processo, em razão de perda de objeto. CSDP nº 483/10. Interessado: Wladimir Alves Bitencourt. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 25/06 (que regulamenta o Concurso de Promoção na Carreira de Defensor Público). Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 361/10. Interessado: Jose Adriano de Oliveira e outros. Assunto: Pedido de atualização da bolsa auxílio dos estagiários e adequação do valor do auxílio transporte. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O relator leu o voto. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, arquivar o processo. CSDP nº 327/11. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de formação de Grupo de Trabalho para estudo de questões atinentes à remuneração dos Servidores da Defensoria Pública. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 352/11. Interessada: Rebeca Barbosa Leite da Freiria Estevão. Assunto: Apuração da violação de prerrogativa na Defensoria Pública - Regional da Infância e Juventude. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O relator leu o voto. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, converter o julgamento do processo em diligência. CSDP nº 355/11. Interessado: José Moacyr Doretto Nascimento. Assunto: Proposta de regulamentação das vantagens pecuniárias por tempo de serviço. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O relator leu o voto. O Conselheiro Vitore apresentou argumentos que impedem a aprovação da proposta e pediu vista dos autos. Vista concedida ao Conselheiro Vitore André Zílio Maximiano. CSDP nº 357/11. Interessado: Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação

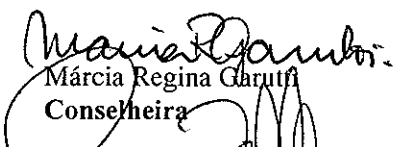


CSDP 198/10 (Disciplina a possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Denise Nakano Veronezi. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 004/12. Interessado: Tiago Fensterseifer. Assunto: Pedido de afastamento parcial para cursar as disciplinas do Doutorado em Direito na PUC/RS, no período de 12 de março a 30 de junho e 10 de agosto a 30 de novembro. Relatora: Conselheira Márcia Regina Garutti. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 011/11. Interessado: Bernardo Faeda e Silva Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 082/11. Interessada: Vivian Mantic Correia. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 048/11. Interessada: Lilian Rodrigues Mano. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 061/11. Interessada: Marina Neves de Campos Mello. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 057/11. Interessada: Maria Teresa Carneiro Santos Cintra Zarif. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 030/11. Interessado: Douglas Ribeiro Basílio. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Denise Nakano Veronezi. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 010/11. Interessada: Aurea Maria de Oliveira Manoel. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 022/11. Interessada: Cristina Son. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 019/11. Interessada: Cecília Cardoso Soares. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luis Cesar Rossi Francisco. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 001/11. Interessado: Adriano Lino Mendonça. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luis Cesar Rossi Francisco. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 012/11. Interessada: Bruna Gonçalves Loureiro de Andrade Barros. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luis Cesar Rossi Francisco. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 036/11. Interessado: Fernando Artacho Carvalho Martins. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 062/11. Interessado: Matheus Bortoletto Raddi. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 040/11. Interessado: Gustavo Rodrigues Minatel. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. Eu, Andrea Silva Britto, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos vinte dias do mês de janeiro do ano de 2012.

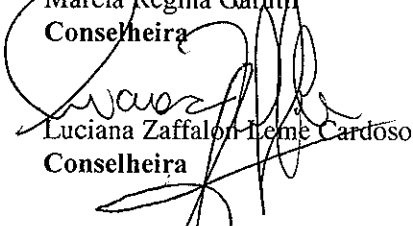




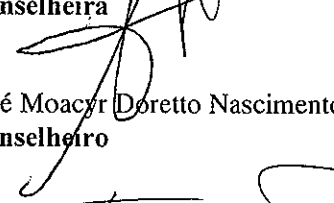
Daniela Sollberger Cembranelli
Presidente



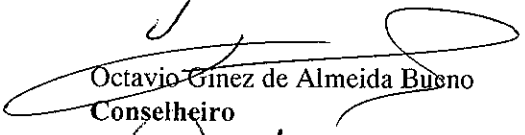
Márcia Regina Garutti
Conselheira



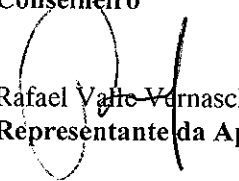
Luciana Zaffalon Leme Cardoso
Conselheira



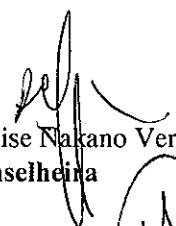
José Moacyr Doretto Nascimento
Conselheiro



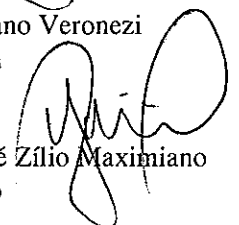
Octavio Ginez de Almeida Busno
Conselheiro



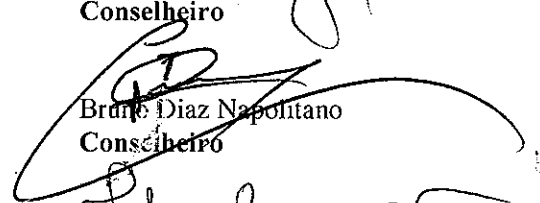
Rafael Valle Vernaschi
Representante da Apadep



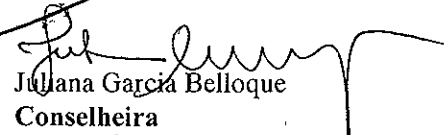
Denise Nakano Veronezi
Conselheira



Vitore André Zílio Maximiano
Conselheiro



Bruno Diaz Napolitano
Conselheiro



Juliana Garcia Belloque
Conselheira



Pedro Antonio de Avellar
Conselheiro